



1290004069

TCC/UNICAMP
P414m
IE

RICARDO FABBRI PEREIRA

A Mobilidade Social Brasileira nos Anos 70 e 90:

Expansão Desigual e Recessão

CEDOC - IE - UNICAMP

Trabalho de conclusão de curso
apresentada ao Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas
como requisito para obtenção do título
de bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: prof. Davi José Nardy Antunes

Antunes, Davi José Nardy

CEDOC - IE - UNICAMP

Campinas

2009

Àqueles que permitiram e me incentivaram
com seu apoio, eu agradeço, em especial a
Liliane, cujo amor permitiu-me ir mais longe
do que eu poderia

A humanidade deve estar sempre a frente da ciência

Shiroh Sanada, Uchuu Senkan Yamato

Sumário

Resumo	5
Introdução	6
Capítulo 1	9
1. Mobilidade intergeracional, intrageracional, absoluta e relativa	10
2. Tabelas de Mobilidade Social	11
3. Classif. nas Ocup., Escalas de Status Sócio Econ. e estratos sociais	11
4. Fluxos de Entrada e Saída	11
5. Fatores de Influência na Mobilidade Social	13
Capítulo 2	18
1. Mobilidade Intergeracional em 1973	18
2. Mobilidade Intrageracional em 1973	22
3. Pan. Sócio Econômico em 1973 e a Relação com a Mob. Social ...	24
Capítulo 3	27
1. Mobilidade Intergeracional em 1996	27
2. Mobilidade Intrageracional em 1996	32
3. Pan. Sócio Econômico em 1996 e a Relação com a Mob. Social ...	34
Conclusões	38

Resumo

Este trabalho observa a mobilidade social brasileira em dois períodos distintos, 1973, o período conhecido como “Milagre Econômico”, e 1996, no auge do Plano Real, com a sujeição a ordem neoliberal e desmantelamento do Estado. Com isso pretende-se, através deste, estabelecer uma crítica a ordem econômica liberal e a idéia de que a nova dinâmica da sociedade brasileira, fruto dessa transformação, fora intrinsecamente benéfica. Para isso, foram feitas análises de dados da mobilidade social brasileira nos anos especificados, já que estes foram períodos onde teve-se dados disponíveis, em conjunto com a de outros autores que estudaram a dinâmica social brasileira nos anos de 1970 e 1990, para poder traçar um quadro mais preciso da sociedade em cada época. A análise dos mesmos permite verificar alterações na sociedade, especialmente no mercado de trabalho e na inserção social, provocadas pelas políticas públicas adotadas. Desse modo, este trabalho firma-se como mais um ponto de crítica a ordem econômica presente, mostrando a necessidade de análises mais profundas e cuidadosas sobre a sociedade.

Introdução

A desigualdade é um dos itens mais citados em discussões sobre a sociedade brasileira. É comum ver números e explicações sobre o índice de Gini na mídia, documentários sobre favelas, filmes que retratam as profundas diferenças entre ricos e pobres, as vezes mostrando como a pobreza extrema e a total ausência do Estado transformam locais deste país em autênticos campos de barbárie, curiosamente atraindo a atenção da classe média, alheia a essa realidade, como se vivesse em outro país. Parafraseando Delfim Neto, a uma frase atribuída ao mesmo, poderia-se dizer que realmente existem dois “Brasis”, um rico e um pobre. No entanto, observar a desigualdade é localizar os indivíduos e relacioná-los no espaço social em um instante específico.

Já discutir a mobilidade social envolve acrescentar um elemento dinâmico: a evolução dos indivíduos ao longo do tempo. Dessa forma não se tem um “retrato”, e sim um “filme” onde o movimento social entre dois instantes é apresentado. Não limita-se a situação financeira, mas sim a um estudo de posições ou status sociais ao longo do tempo, utilizando diversos elementos, desde a renda, a profissão e o grau de estudo. Compara-se em termos absolutos e em relativos. Ainda, compara-se as posições sociais dos pais com as dos filhos ao entrar no mercado de trabalho, analisando o peso da chamada “herança social”.

O objetivo principal deste trabalho é mostrar como a mobilidade social pode ser afetada por fatores históricos e econômicos.

Dentro das sociedades capitalistas é comum o pensamento a própria iniciativa,

o esforço pessoal é o maior responsável pelo sucesso obtido ou não. Esse pensamento permeia quase a totalidade da classe média brasileira. Por consequência, todos os caminhos devem estar livres e ninguém pode ser mais ajudado do que outrem. Em duas palavras: isonomia e igualdade de condições. Em teoria. O povo brasileiro é consciente das dificuldades maiores encontradas entre elementos oriundos das classes mais pobres para “subir na vida”, como se diz, em relação aos mais ricos. No entanto, a classe média em especial, é extremamente resistente a permitir qualquer tipo de ajuda que implique em facilitar a ascensão dos pobres através de meios diretos, especialmente quando estes meios atingem seus próprios interesses. Exemplos são encontrados no debate da reserva de vagas para alunos de escolas públicas (já que afetam o investimento familiar nos filhos, em vantagem contra os alunos de escolas públicas, sem recursos para enfrentar seus concorrentes municiados de cursinhos pré-vestibulares e escolas particulares) e no valor reduzido da bolsa família (insuficiente para retirar da pobreza as famílias que atende). Aparentemente a classe média considera como válido apenas meios de ascensão social que envolvam o esforço próprio, e nele enxergam um caminho aberto que sempre recompensa aqueles realmente esforçados. É este é outro ponto importante deste trabalho: mostrar que momentos históricos diversos são capazes de influenciar o “caminho da vida” dos indivíduos, positiva e negativamente. E que também a condição de “largada” influi na de chegada.

Mas o objetivo principal deste trabalho é estabelecer uma crítica a visão de que as reformas sociais feitas na década de 1990 foram benéficas à sociedade brasileira como um todo. Durante a última década do século passado, cresceu muito a crítica ao aparato estatal, em grande parte devido aos interesses privados sobre os

campos de atuação e controle públicos. Acusado de pesado, caro, lento e corrupto, o Estado brasileiro foi recortado e reduzido, passando a um conjunto de agências reguladoras e ao controle de segmentos desinteressantes ao capital privado. Esse novo arranjo foi classificado como eficaz e funcional, em contraste com o anterior. Porém, nos anos 70 tem-se o segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), um período com orientação diferente do adotado no Plano Real e nas reformas liberais de Fernando Henrique, com maior controle e planejamento econômico do Estado, ironicamente lembrado como a época de maior crescimento econômico na história do país.

Os períodos retratados neste trabalho, 1973 e 1996, foram escolhidos por representarem esses diferentes momentos na história econômica do país e serão usados para mostrar como a sociedade brasileira foi afetada pelas políticas econômicas de cada época, especialmente para evidenciar que as reformas liberais dos anos 90 não tiveram o impacto positivo alegados pelos seus defensores¹.

1 Os períodos estudados não são os ideais para este trabalho. Foram escolhidos pela existência de pesquisas anteriores efetuadas, majoritariamente, por José Pastore, que retratou em dois trabalhos esses períodos. Nos anos 70, teve-se o choque do petróleo e a valorização do dólar, impactando na dívida externa brasileira, e, em 1996, tem-se o auge do Plano Real, seguida de uma crise em 1998, gerando um quadro muito diverso do otimismo até então. Como forma de contrabalançar esses problemas, outras análises sobre a sociedade foram utilizadas. Mas deve-se lembrar que sempre que as tabelas de mobilidade e *inflows* e *out-flows* forem utilizados, os mesmo limitam-se tão somente aos anos em questão, 1973 e 1996.

Capítulo1

Mobilidade Social: Definições

Um dos primeiros pontos a esclarecer é que a mobilidade social não é, necessariamente, ascendente ou descendente, ou seja, não é uma via de mão única, sempre para cima ou para baixo, não só quando analisa-se indivíduos ao longo do tempo em uma mesma geração, mas também entre gerações. O Brasil sofre estes dois movimentos ao longo dos anos de 1970 (ascendente) e de 1990 (também ascendente, mas com um grau de movimento descendente maior que no período anterior). Simultaneamente também existe movimentos ascendentes e descendentes, oriundos do mesmo ou de outros estratos sociais.

Segundo Pastore e do Valle Silva²:

"O estudo da estratificação social e da mobilidade social ocupa uma posição central na produção sociológica contemporânea, embora as raízes desse interesse possam ser localizadas em Karl Marx e, sobretudo, em Max Weber". Até a adoção dos modelos atuais, a mobilidade social era estudada por modelos de realização sócio-econômica, mais voltados as carreiras das pessoas"³.

Posteriormente, introduziu-se modelos de análise de dados qualitativos, permitindo ao estudo da mobilidade social retornar às suas preocupações iniciais, a compreensão do grau de fluidez da estrutura social, estudando a relação entre os

2 Pastore, J. e do Valle Silva, N, **Mobilidade Social no Brasil**, 2000, Makron Books.

3 Muito embora os modelos explicados a seguir sejam mais elaborados, o uso da posição profissional ainda é um dos principais fatores utilizados em pesquisas sobre mobilidade social na atualidade.

estratos sociais. É importante definir os tipos de mobilidade social, a saber, intergeracional, intrageracional, absoluta, ou estrutural e a relativa.

1. Mobilidade intergeracional, intrageracional, absoluta e relativa.

A mobilidade intergeracional envolve os indivíduos de diferentes gerações, usualmente, comparando o status da profissão do pai, quando o filho tinha 15 anos de idade, com o status da profissão atual do filho. É uma forma de medir o grau de barreiras enfrentados pelos descendentes em busca de outras posições sociais. Já a mobilidade intrageracional leva em conta a posição dos indivíduos ao longo tempo, comparando o início da carreira com a posição atual, considerando os anos de estudo, posição hierárquica do trabalho e outros elementos.

Nos termos da mobilidade absoluta e a relativa, pode-se dizer que uma reflete mais o momento histórico, enquanto a outra compara a evolução dos indivíduos de uma mesma coorte. Na absoluta, esse tipo de mobilidade implica na mudança da massa social como um todo, causada, por exemplo, pelo crescimento do PIB. Nesse quadro, o crescimento puramente econômico não altera as posições entre indivíduos mas sim arrasta toda a sociedade para um quadro de maior progresso. Já a mobilidade relativa relaciona os indivíduos que pertencem a uma mesma coorte, comparando a evolução deles ao longo do tempo.

Uma vez definidos esses conceitos, pode-se agora definir alguns elementos de análise da mobilidade social.

2. Tabelas de Mobilidade Social

Trata-se de tabelas com classificações cruzadas que podem medir a posição social em um instante inicial e final no tempo, origem e destino, geralmente utilizando referência a ocupação paterna, ganhando o nome de tabela de mobilidade intergeracional. Quando referem-se a ocupação inicial e final passam a se chamar tabela de mobilidade intrageracional ou de carreira.

3. Classificações nas Ocupações, escalas de status sócio econômicos e estratos sociais

Nas tabelas baseadas nas classificações ocupacionais utiliza-se o critério de acordo com o objetivo da análise. Pastore, por exemplo, utiliza em sua análise dos anos 70⁴ uma classificação com base em dados da PNAD que atualiza em sua análise de 1996, composta por seis estratos, a saber: baixo-inferior, baixo-superior, médio-inferior, médio⁵, médio-superior e alto. São utilizados três fatores: um índice socioeconômico (ISS), o rendimento médio (em reais, valor nominal da época da pesquisa), e o grau de escolaridade (em anos médios de estudo), representados na tabela 1.1.

4. Fluxos de entrada e saída

4 Pastore, J. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Apud Ibid, 1979, cap.2 p. 16.

5 Pastore utiliza a expressão “médio-médio”, aqui sublimada por julgar-se redundante.

Tabela 1.1 Estratos Ocupacionais e Valores Médios das Ocupações Representativas

Estrato	Ocupações Representativas	ISS	Rendimento	Escolaridade
6.Baixo Inferior: trabalhadores manuais sem qualificação	Produtores agropecuários autônomos, pescadores e outros trabalhadores agropecuários	2,9	222,16	2,19
5.Baixo Superior: trabalhadores urbanos não qualificados	Comerciantes autônomos, vigias, serventes, trabalhadores braçais, ambulantes, domésticas	6,49	440,35	4,94
4.Médio Inferior: trabalhadores urbanos qualificados ou com pouca qualificação	Motoristas, pedreiros, mecânicos, marceneiros, carpinteiros, pintores, soldadores, eletricitas.	8,68	538,08	5,19
3.Médio: trabalhadores não manuais, de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários agrícolas, administradores e gerentes agropecuários, auxiliares administrativos e de escritório, praticistas das Forças Armadas	17,01	995,46	8,71
2.Médio Superior: profissionais de nível médio e médio proprietários	criadores de gado, diretores, gerentes na indústria e comércio, representantes comerciais.	27,19	1498,97	10,05
1.Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários da indústria, administradores e gerentes financeiros, engenheiros, médicos, advogados e oficiais das Forças Armadas.	44,06	2344,2	12,79

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, *Ibid*, 2000.

O fluxo de entrada e saída, também chamado *inflow-outflow* refere-se ao movimento dos indivíduos que tem a mesma origem ocupacional, demonstrando o caminho percorrido por eles, mais longo ou mais curto. Em conjunto com a mobilidade intergeracional, é usada para verificar o grau de recrutamento dos segmentos, se majoritariamente dentro do estrato de origem do indivíduo ou dos inferiores ou, ainda dos superiores. Torna-se portanto, uma medida indireta da fluidez social e da resistência, ou fraqueza, das barreiras sociais que se interpõem às carreiras dos indivíduos.

5. Fatores de influência na mobilidade social

A mobilidade social também pode sofrer influências de diversos fatores. O desenvolvimento econômico, por exemplo, é capaz de alterar a posição social dos indivíduos de forma indireta. Durante a industrialização de 1930 até 1980, novos postos de trabalho foram abertos, não só devido ao desenvolvimento industrial e não somente dinamizando a economia com o novo conjunto de profissões que ela exige, mas também com o crescimento do PIB mais elevado nesse tempo. Portanto, poderia-se dizer que o fluxo de entrada nesse período seria mais acelerado. A mudança do ambiente rural para o urbano também pode gerar elevação da condição social. O ambiente urbano é mais dinâmico que o rural, configurando um quadro onde mais oportunidades sociais se apresentam, gerando mobilidade estrutural. Outro elemento importante presente no ambiente urbano é a disponibilidade maior

de serviços públicos, como saúde, educação e segurança, este é mais um exemplo da mobilidade absoluta, estrutural.

A educação também tem efeitos. Até o início dos anos de 1990, ter o segundo grau completo não era pré-requisito obrigatório para obtenção de vários empregos. Na atualidade, praticamente todos os empregos oferecidos com carteira assinada exigem pelo menos o nível médio, pressionando negativamente os indivíduos dentro de um cenário de acesso precário a educação. Se for levado em conta as dificuldades de acesso ao nível superior (valor das mensalidades versus renda familiar e quantidade de vagas oferecidas no nível superior só para exemplificar superficialmente) poder-se-á constatar a grande dificuldade de acesso dos jovens de baixa renda às profissões de nível superior⁶. Outros aspectos dinâmicos também poderiam ser analisados: por exemplo, o papel das transferências de renda proporcionados pelos altos juros pagos pelo governo em comparação com o peso de programas sociais, como o “Bolsa-família” e o impacto real desses programas que seguem o ideário liberal (por serem “focados”) na fluidez da mobilidade social⁷, constituindo, portanto uma barreira contra a mobilidade ascendente.

A raça também tem influência na determinação na mobilidade social. No caso da cor da pele, apesar das alegações de vários grupos na sociedade quando ao uso ou não de cotas para estudantes, negros e pardos ou oriundos de escolas públicas, estudo feito por Pastore e do Valle Silva⁸ demonstra as diferenças entre brancos,

6 De fato, no capítulo 3, ver-se-á essa dificuldade, quando se observar a mobilidade intrageracional e compara-la com os anos 70.

7 José Nardy Antunes, D. e Maracci Gimenez, D. **Transferências de rendas aos ricos e aos pobres no Brasil – Notas sobre os juros altos e o Bolsa-Família** in *Carta Social e do Trabalho* n. 5, CESIT (Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho), disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit>.

8 Pastore, J. e do Valle Silva, N., *Ibid*, 2000, capítulo 7.

negros e pardos⁹ na mobilidade inter e intrageracional, conforme as tabelas 1.2 e 1.3.

Tabela 1.2 – Status ocupacional em 1996, por cor.

Status Inicial	Cor do Informante		
	Branca	Preta	Parda
6.Baixo Inferior	16,5%	25,1%	30,7%
5.Baixo Superior	19,9%	23,7%	23,0%
4.Médio Inferior	27,9%	37,0%	28,3%
3.Médio	15,9%	7,9%	11,1%
2.Médio Superior	11,1%	4,5%	4,7%
1.Alto	8,7%	1,9%	2,2%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pastore e Do Valle Silva, 2000, Ibid, pg 88

Tabela 1.3 – Status ocupacional do pai em 1996, por cor.

Status o pai	Cor do Informante		
	Branca	Preta	Parda
6.Baixo Inferior	48,9%	57,4%	66,3%
5.Baixo Superior	14,4%	13,8%	10,8%
4.Médio Inferior	17,1%	19,4%	12,8%
3.Médio	10,9%	7,1%	6,7%
2.Médio Superior	4,4%	1,3%	2,0%
1.Alto	4,3%	1,0%	1,4%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pastore e Do Valle Silva, 2000, Ibid, pg 88

Pelas tabelas acima pode-se ver que brancos, negros e pardos apresentam uma distribuição heterogênea entre si, no que se refere a posição ocupada e a origem familiar¹⁰.

Outro ponto a ser esclarecido é pensar até que ponto a mobilidade social é algo negativo ou positivo. Não resta dúvida que a mobilidade ascendente é benéfica e a descendente indesejável, existindo, no entanto, um equilíbrio dinâmico, onde

9 Cor da pele auto declarada.

10 Para mais detalhes, ver Pastore, J e do Valle Silva, N, 2000, Ibid, cap. 7.

alguns elementos pertencentes a determinados estratos sobem ou descem de suas posições dentro da pirâmide social. Para ajudar a demonstrar que a imobilidade nem sempre é um problema, pode-se ver a tabela 1.4.

Tabela 1.4: Mobilidade Social em Países Seleccionados

Pais/ano	mobilidade social total (%)	tamanho dos estratos manuais (%)	tamanho dos estratos não manuais(%)
Australia/1965	41,4	59,4	40,5
Belgica/1968	37,0	41,4	58,6
Bulgaria/1967	51,2	77,0	23,0
Canada/1974	50,1	46,1	53,9
Dinamarca/1972	37,9	55,8	44,2
Inglaterra e Gales/1972	37,6	56,4	43,6
Finlandia/1972	42,3	67,1	32,9
França/1970	43,7	51,5	48,5
Hungria/1973	50,0	71,4	28,6
Italia/1963	37,0	58,6	41,4
EUA/1973	48,2	55,2	44,8
Brasil/1996	63,2	74,4	25,6

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, N., Ibid, 2000, cap. 4 pg. 50.

É interessante notar como a mobilidade social brasileira é alta em comparação ao dos demais países seleccionados na tabela. Muito desse quadro pode ser explicado quando verificamos a composição dos estratos. No caso do Brasil, os estratos manuais representam 74,4% enquanto que os não manuais são 25,6%; na Dinamarca, por exemplo, a proporção é de 55,8% e 44,2%, na Inglaterra, 37,6% e 56,4%, respectivamente. A explicação é o desenvolvimento intenso e peculiar do capitalismo no Brasil. A industrialização no país, ocorrida entre 1930 e 1970, levou a uma mobilidade estrutural, com a saída da população do meio rural para o urbano e uma mobilidade absoluta, dado o forte crescimento do PIB durante todo esse período. Além disso, as transformações ocorridas no país àquela época

redundaram em uma expansão de novas oportunidades de emprego nos setores secundários e terciários. A maioria dos países da tabela sofreu esse tipo de alteração ao longo de um extenso período, desde o início da Revolução Industrial, até antes da Segunda Guerra Mundial, tendo praticamente já terminado o ciclo de recrutamentos para os estratos não manuais. Dessa forma, enquanto a Europa desenvolveu seu capitalismo de forma “natural”, o Brasil e outros países da América Latina percorreram a mesma distância em cerca de quatro décadas e com um quadro social diverso (domínio de oligarquias, interesses imperialistas, latifúndios, e outros fatores). Nos países desenvolvidos a distância entre pobres e ricos ficou menor, significando também uma distância menor a ser percorrida ao longo dos diferentes estratos sociais. Já em países subdesenvolvidos com alta desigualdade social, como o Brasil, a extensão que separa o topo da base social é muito maior, implicando mais possibilidades de ascensão, ou de queda, e, conseqüentemente, mais mobilidade. No momento em que os dados são colocados nas matrizes o resultado é uma mobilidade maior, devido a esse característica. Esse fenômeno também mostra por que é difícil comparar mobilidades entre países. Não só devido as diferenças sobre desigualdade social, como também diferentes pesos de status profissionais e de metodologias¹¹, dificultando a comparação dos índices obtidos.

11 É só observar a tabela 1.1 novamente. Perceba a grande distância que separa o topo da base em termos de ISS. O topo tem índice 15 vezes maior que o estrato baixo inferior. Mais detalhes e discussões sobre esta tabela serão feitas no capítulo 4.

Capítulo 2

Década de 1970: crescimento, dinamismo e desigualdade crescente

Durante os anos de 1970, o Brasil viveu o chamado “milagre”, com um grande desenvolvimento econômico sem paralelo até então e não recuperado até hoje. Nos anos 70 o crescimento das ocupações típicas da classe média foi superior ao da PEA¹²

1. Mobilidade intergeracional em 1973

Na tabela 2.1 temos os dados referentes a mobilidade intergeracional em 1973. O grande número de indivíduos na linha baixo inferior, coluna baixo inferior (em torno de 29%) é a primeira coisa a ser percebida. É um número expressivo, indicador de duas características: primeiro, o grande peso desse estrato, já que ele responde por 32% dos indivíduos presentes na amostra¹³ (o número de pais é ainda mais expressivo, quase 65%), segundo, que os provenientes de profissões manuais sem qualificação tem uma penetração inicial no mercado de trabalho dentro nas mesmas condições de seus pais. Muito embora os números de indivíduos com pais nesse estrato, já entrando no mercado de trabalho imediatamente mais altos ou até dois níveis mais altos sejam bastante significativos (11% e quase 14%).

12 Quadros, W. O “Milagre Brasileiro” e a expansão da nova classe média, 1991, Tese de Doutorado, Campinas.

13 Total da amostra: 44.307 indivíduos. Pastore, J., Ibid, 1979.

Tabela 2.1: Mobilidade inter geracional em 1973.

Status do pai	Status do indivíduo em 1973						Total dos pais
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	29,1%	11,3%	13,6%	8,5%	1,6%	0,6%	64,75%
5.Baixo Superior	0,7%	1,7%	2,5%	1,4%	0,5%	0,2%	6,95%
4.Médio Inferior	0,4%	1,4%	4,3%	2,0%	0,8%	0,4%	9,29%
3.Médio	1,6%	1,5%	2,6%	5,0%	2,0%	1,2%	13,84%
2.Médio Superior	0,2%	0,2%	0,5%	0,9%	0,9%	0,5%	3,13%
1.Alto	0,1%	0,1%	0,3%	0,6%	0,5%	0,6%	2,04%
Total	32,0%	16,1%	23,8%	18,4%	6,3%	3,5%	100%

fonte: elaboração própria sobre dados de Pastore, J., Ibid, 1979.

CEDOC - IE - UNICAMP

Subindo um degrau, para o nível baixo superior, temos uma distribuição mais heterogênea. A maioria dos elementos nesse estrato estão em posições melhores que seus pais, notadamente no estrato imediatamente acima. Isso indica uma melhoria de acesso a qualificação profissional em relação a seus pais. Praticamente metade dos indivíduos que experimentou essa ascensão entrou no patamar imediatamente acima.

Continuando a análise, temos os trabalhadores urbanos com baixa qualificação. Nesse estrato (e nos seguintes também), temos o retorno de uma certa imobilidade, porém não muito relevante. Mais uma vez, os indivíduos procedentes de famílias cujo o pai tenha entrado nesse segmento seguem o caminho paterno. Menos de um terço, no entanto, avançam, e conseguem subir o degrau seguinte na carreira profissional, logo na entrada. O segmento médio segue o mesmo padrão.

Já no nível médio superior, um fenômeno interessante ocorre. Não há um estrato predominante, havendo um empate numérico entre o médio superior e médio. Esse estranho fato ocorre também no estrato mais alto, onde inclusive há um empate entre o nível alto e o médio. Aparentemente, poderia estar havendo uma dificuldade de entrada no mercado de trabalho para este segmento. No entanto, é mais provável que a grande quantidade de estratos inferiores, associada ao número de indivíduos da amostra e ao crescimento progressivo no mercado de trabalho estejam associados nesse panorama¹⁴.

Quanto aos fluxos de entrada, podemos ver pela tabela 2.2, que o recrutamento de posições vindas de classes diferentes é elevado, especialmente para o segmento baixo inferior. O grande tamanho desse estrato em 1973 é, em boa

14 Cf. Pastore, J., *Ibid*, 1979, cap. 6. No próximo capítulo deste trabalho o mesmo acontece.

Tabela 2.2: Fluxos de entrada em 1973

Status do pai	Status do indivíduo em 1973					
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto
6.Baixo Inferior	90,8%	70,2%	57,4%	46,2%	25,8%	18,4%
5.Baixo Superior	2,1%	10,3%	10,4%	7,8%	8,1%	6,3%
4.Médio Inferior	1,4%	8,6%	18,1%	10,9%	12,9%	10,1%
3.Médio	5,0%	9,1%	11,0%	27,2%	31,5%	34,0%
2.Médio Superior	0,6%	1,2%	2,0%	4,9%	14,3%	13,7%
1.Alto	0,2%	0,6%	1,1%	3,0%	7,3%	17,5%
Total	100	100	100	100	100	100

fonte: elaboração própria sobre Pastore, J., Ibid, 1979.

Tabela 2.3: Fluxos de saída em 1973

Status do pai	Status do indivíduo em 1973						Total dos pais
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	44,9%	17,4%	21,1%	13,2%	2,5%	1,0%	100%
5.Baixo Superior	9,5%	23,8%	35,5%	20,7%	7,4%	3,2%	100%
4.Médio Inferior	4,7%	14,9%	46,2%	21,6%	8,7%	3,8%	100%
3.Médio	11,5%	10,5%	18,9%	36,2%	14,3%	8,6%	100%
2.Médio Superior	5,8%	6,1%	15,5%	28,7%	28,8%	15,2%	100%
1.Alto	3,1%	5,0%	12,5%	27,1%	22,5%	29,8%	100%

fonte: elaboração própria sobre Pastore, J., Ibid, 1979.

parte, a explicação para tal desempenho. Fatores econômicos, como o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades também devem influenciar. Uma menor participação desse segmento nos estratos mais altos evidência a maior dificuldade para esses trabalhadores em obter posições mais elevadas.

Deixando de lado os indivíduos vindos do segmento baixo inferior, pode-se ver que a maior contribuição para cada estrato vem de indivíduos cujas famílias pertencem ao mesmo estrato, por exemplo, o maior contribuinte para o estrato baixo superior é o de pessoas que vieram de famílias desse mesmo segmento. A maioria destas contribuições é da ordem de 18 a 20%, com pouco mais de 27% no médio.

Já nos fluxos de saída, pela tabela 2.3, vemos que a concentração próxima da diagonal secundária é ainda maior. A maior parte dos pais vêem os filhos entrar no mercado seguindo seus passos, da mesma forma que na tabela anterior. A boa notícia veio para os pais do segmento baixo inferior. Boa parte de seus filhos, quase 36%, conseguiu entrar no segmento acima.

2. Mobilidade intrageracional em 1973

Através da tabela 2.4 pode-se ver a mobilidade intrageracional. Ela apresenta uma grande imobilidade aparente, mas com certo dinamismo.

Primeiramente, os indivíduos que entraram na base do mercado, ou seja, os trabalhadores rurais, continuam em suas posições, em sua maioria. Inclusive a mobilidade de carreira para esse segmento é boa, com 17% e quase 19% desses trabalhadores passando a exercer funções pouco qualificadas ou mesmo sem

Tabela 2.4: Mobilidade intra geracional, 1973

Status Inicial	Status do indivíduo em 1973						Total
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	47,6%	17,0%	18,7%	13,4%	2,6%	0,7%	100%
5.Baixo Superior	6,3%	22,1%	34,0%	24,6%	9,0%	4,0%	100%
4.Médio Inferior	3,0%	10,3%	59,5%	17,1%	7,3%	2,8%	100%
3.Médio	0,6%	3,9%	8,8%	45,0%	24,8%	16,7%	100%
2.Médio Superior	0,8%	1,3%	6,3%	19,4%	47,3%	24,9%	100%
1.Alto	0,3%	1,9%	1,2%	9,6%	14,2%	72,8%	100%

fonte: Pastore, J., *ibid*, 1979.

qualificação nas cidades. Para os segmentos seguintes, o quadro é semelhante. Se por um lado existe uma boa ascensão social para os trabalhadores do campo na cidade, por outro os que já estão na cidade, tem chances melhores. No caso daqueles que exerciam trabalhos urbanos sem qualificação no início de suas carreiras, quase 72% subiram socialmente de posição. É a maior taxa de ascensão de um segmento em todo este trabalho. A maioria conseguiu subir uma posição, 34%, e ainda quase 25% já havia atingido estágio médio, o que significa terem tornado-se trabalhadores especializados.

Também o segmento seguinte se beneficiou. É verdade que a maioria (quase 60%) mantiveram-se no nível médio inferior. Porém, 27% haviam conseguido subir.

A partir deste ponto, a mobilidade começa a diminuir, especialmente porque começam a diminuir as possibilidades para o alto da escala social. No entanto o estrato médio tem um índice de imobilidade menor que seu antecessor, passando a 45% de permanência no mesmo estrato. Também nesse caso, a maior parte da mobilidade ascendente foi para o estrato seguinte, com 24%. Panorama semelhante atinge os profissionais de nível médio e pequenos proprietários. O nível alto apresenta 73% de imobilidade. Nele, por ser o topo, não é possível subir mais.

3. Panorama Sócio Econômico em 1973 e a relação com a mobilidade social

O quadro social dos anos 70, no que se refere a mobilidade social, é reflexo do momento histórico e do desenvolvimento econômico. De um país eminentemente agrário nos anos 30 chega-se a um país em industrialização e urbano. O período

considerado apresenta uma mobilidade intergeracional grande e heterogênea. Enquanto ela foi razoavelmente elevada em estratos sociais mais baixos, a mesma se apresentou menor em estratos superiores. No meio social, o crescimento urbano, as transformações no campo, o surgimento de novos postos de trabalho que requeriam profissionais com formação especializada e ofereciam melhores salários nas cidades fez surgir a classe média brasileira. Suas ocupações cresceram, na média, entre quatro regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo) 5,78% ao ano entre 1970 e 1980, enquanto que a PEA (população economicamente ativa) cresceu no mesmo período 4,6%. Já a PEA urbana cresceu, no mesmo período e para as mesmas regiões, 12,2%¹⁵. É por isso que se vê, nas tabelas, uma ascensão de elementos dos estratos inferiores. Eles se aproveitaram da maior demanda por empregos nas cidades, passando de trabalhadores braçais do campo, de onde tiveram que sair, graças a ausência de uma política de reforma agrária¹⁶, para trabalhadores braçais das cidades. E, ainda, aqueles que já se encontravam nas cidades puderam experimentar mobilidades de carreira, passando de trabalhadores manuais, para não manuais. Graças a transformações estruturais, tem-se, então, uma mudança da distribuição das ocupações dos chefes de família ocasionada pelo desenvolvimento econômico e o florescimento de uma nova classe média. No entanto, conforme Pastore¹⁷:

As grandes massas de indivíduos que entraram nas ocupações do baixo terciário das zonas urbanas fizeram mobilidade intergeracional. A maioria percorreu apenas distâncias sociais e os demais foram longe na estrutura social.

15 Conforme Quadros, W., Ibid 1991.

16 Quadros, W., Ibid 1991.

17 Pastore, J., Ibid, 1979, pg. 105.

Portanto “chefes de família” teriam carreiras mais dinâmicas e puderam aproveitar melhor a ascensão social que os inferiores, sobrando a elementos menos privilegiados opções nos estratos mais baixos¹⁸.

Finalmente, pode-se concluir que a mobilidade social nos anos 70 foi consequência de vários fatores: a industrialização (responsável pelo aumento do dinamismo na economia e na sociedade, gerando também a urbanização), o êxodo rural (que inchou as cidades de mão de obra barata e abundante, com pouca ou nenhuma qualificação) e ao programa do segundo PND. Porém, essas oportunidades não puderam ser aproveitadas de modo uniforme. Os elementos em posições mais altas, como a nova classe média, tiveram oportunidades melhores, como indicam as tabelas de mobilidade intergeracional e os *inflows* e *outflows*.

18 Pastore, J., *Ibid*, 1979.

Capítulo 3

Os anos 90: desestatização, recessão e desemprego

1. Mobilidade intergeracional em 1996

A tabela 3.1 mostra a mobilidade intergeracional em 1996.

Na primeira linha, temos os indivíduos cujos pais eram originários do status baixo inferior, basicamente, trabalhadores braçais, agricultores e outras funções, já discutidas no capítulo 1. Vê-se que há, ainda, um grande peso da herança social.

Assim como em 1973, o estrato de maior participação continua sendo o baixo inferior, como cerca de 55% dos pais retratados na amostra. O segundo maior é o médio inferior, com 16,4%, seguido do segundo extrato, o baixo superior, com praticamente 13% do total de pais. O menor, como poderia-se esperar, é o estrato alto, com quase 3%. O contraste do tamanho extremamente pequeno do estrato alto pode ser explicitado pelo fato de que o estrato médio superior é pouco mais de 80% maior que o topo.

Voltando a base, o estrato mais inferior caiu de aproximadamente 65% para 55%, uma queda de dez pontos de uma geração para outra. Já o baixo superior e o médio inferior subiram. O primeiro quase dobrou de tamanho, passando de 7% para 13%, enquanto o segundo experimentou um avanço de cerca de 80% em relação a sua participação em 1973.

Passando aos três maiores estratos, vemos que o estrato médio ainda tem

Tabela 3.1: Mobilidade intergeracional em 1996

Status do pai	Status do indivíduo em 1996						Total dos pais
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	21,7%	12,8%	13,2%	4,6%	2,1%	1,0%	55,4%
5.Baixo Superior	0,7%	4,2%	3,6%	2,5%	1,3%	0,8%	13,1%
4.Médio Inferior	0,6%	3,7%	7,1%	2,7%	1,5%	0,8%	16,4%
3.Médio	0,6%	1,9%	2,0%	2,2%	1,2%	0,9%	8,8%
2.Médio Superior	0,3%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,5%	3,4%
1.Alto	0,1%	0,3%	0,3%	0,6%	0,6%	0,9%	2,8%
Total	24,0%	23,5%	26,8%	13,3%	7,4%	4,9%	100%

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, Ibid, 2000.

participação muito baixa, com pouco menos de 9%. É interessante notar que a diferença desse estrato com seu equivalente em 1973, quando era de quase 14%. Temos uma queda de cinco pontos percentuais, ou seja, pouco mais de 30% de diminuição de uma geração para outra. E não encontramos mudanças nos estratos superiores, com certa estabilidade entre o médio superior (3,1% contra 3,4%) e o alto (2,0% para 2,8%). Como o peso desses estratos na amostra é muito pequeno, essas mudanças pouco significam.

Mais uma coisa chama a atenção. A participação dos três mais baixos estratos (baixo inferior, baixo superior e médio inferior) aumentou em relação a mesma participação em 1973. Por consequência, a participação dos estratos superiores (médio, médio superior e alto) diminuiu. Em 1973 os três mais baixos somavam 81% dos pais, enquanto em 1996 eles passaram a representar 85%. Já os três superiores respondiam por 19% em 1973 e 15% em 1996.

Já do ponto de vista dos indivíduos, o cenário é muito similar. O estrato baixo inferior também diminuiu, de 32% para 24%. Mas ao contrário do padrão de status dos pais, o baixo inferior, para os filhos, não é o maior segmento, e sim o segundo maior. O maior estrato é o médio inferior, com quase 27%, face aos seus anteriores 24% nos anos 70. Os números do baixo inferior tiveram crescimento proporcional bastante elevado, com 24% ante 16%. Nos três segmentos superiores, o médio desceu de participação de 18% para 13%, o médio superior de 6% para pouco mais de 7% e o alto de 3,5% para praticamente 5%.

Assim como com os pais, a participação dos três menores estratos aumentou em 1996 e diminuiu em 1973. O primeiro terço ficou com quase 72%, enquanto que o seguinte ficou com 28%, contra 74% e cerca de 26% anteriores. Uma diminuição

bem menor na posição de emprego dos filhos do que na posição dos pais, mas, mesmo assim, interessante.

E quanto aos fluxos de entrada e saída? Como estava, em 1996, a distribuição de indivíduos provenientes de cada estrato no que concerne a distância social percorrida, origem da posição social e ao tamanho do recrutamento? Para analisar esses dados, foi elaborada uma tabela de fluxos de entrada e outra de saída, respectivamente as tabelas 3.2 e 3.3.

No que se refere a origem social dos indivíduos, vemos que o segmento com maior percentual dentro do mesmo estrato é o baixo inferior, com 90% dos filhos nesse estrato com pais vindos desse mesmo estrato. Já sobre os indivíduos que estavam no baixo superior esse índice é de quase 55%, enquanto que no médio inferior era de 49%, ou seja, quase a metade. Números relativamente altos se seguem até o estrato alto, com 35%, 28% e 20%, respectivamente nos estratos médio, médio superior e alto. A explicação é o peso do estrato mais inferior na análise.

Subindo, nos estratos seguintes, sempre ignorando a origem no baixo inferior, temos, no baixo superior a predominância de elementos de mesma origem social. O mesmo valendo para o médio inferior, com quase 27% de origem.

A partir do estrato médio, a origem predominante fica mais heterogênea. Neste primeiro, a maior parte vem do médio inferior, 20%. A mesma origem para o médio superior, com os mesmos 20%. Já no estrato alto, médio e alto empatam, com pouco mais de 18%. Uma possível explicação: nos estratos mais altos existem mais possibilidades de origem, resultando em uma dispersão maior dos indivíduos.

Tabela 3.2: Fluxos de entrada em 1996

Status do pai	Status do indivíduo em 1996					
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto
6.Baixo Inferior	90,4%	54,5%	49,3%	34,6%	28,4%	20,4%
5.Baixo Superior	2,9%	17,9%	13,4%	18,8%	17,6%	16,3%
4.Médio Inferior	2,5%	15,7%	26,5%	20,3%	20,3%	16,3%
3.Médio	2,5%	8,1%	7,5%	16,5%	16,2%	18,4%
2.Médio Superior	1,3%	2,6%	2,2%	5,3%	9,5%	10,2%
1.Alto	0,4%	1,3%	1,1%	4,5%	8,1%	18,4%
Total	100	100	100	100	100	100

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, Ibid, 2000

Tabela 3.3: Fluxos de saída em 1996

Status do pai	Status do indivíduo em 1996						Total
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	39,2%	23,1%	23,8%	8,3%	3,8%	1,8%	100%
5.Baixo Superior	5,3%	32,1%	27,5%	19,1%	9,9%	6,1%	100%
4.Médio Inferior	3,7%	22,6%	43,3%	16,5%	9,1%	4,9%	100%
3.Médio	6,8%	21,6%	22,7%	25,0%	13,6%	10,2%	100%
2.Médio Superior	8,8%	17,6%	17,6%	20,6%	20,6%	14,7%	100%
1.Alto	3,6%	10,7%	10,7%	21,4%	21,4%	32,1%	100%

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, Ibid, 2000

No que concerne aos fluxos de saída, ou seja, o destino social dos filhos em relação aos pais, temos uma predominância de imobilidade, embora com uma observação. Dos filhos de pais trabalhadores rurais, 39% mantinham a mesma posição. Apesar da soma dos outros estratos cujos pais tinham essa origem ser maior que esse valor (quase 61%), a concentração maior é nos estratos mais próximos, principalmente o baixo superior e médio inferior (quase 47%). Esse padrão também se repete nos estratos seguintes, exceto, obviamente, estrato mais alto, onde, pela estrutura da matriz, só é possível descer. De fato, aproximadamente 43% dos indivíduos estavam nos estratos médio e médio superior. Uma boa explicação para isso é o fato que, usualmente, os filhos de pais em altas posições sociais tem inícios de carreiras em cargos mais baixos, subindo, gradualmente, para posições mais altas.

Voltando a diagonal secundária, vemos que a maioria dos filhos acaba mesmo começando a carreira na mesma posição dos pais. Se conseguem subir, o fazem em poucos degraus, no máximo uma ou duas posições.

2. Mobilidade intrageracional em 1996

Agora é interessante analisar a mobilidade intrageracional, também chamada mobilidade de carreira. Nela estão apresentados os dados dos estratos iniciais e finais dos indivíduos em 1996, ou seja, a relação entre os estágios iniciais da carreira e a posição atual (tabela 3.4).

O que se percebe, assim como aconteceu em 1973, é a presença de grande imobilidade. Dificilmente um indivíduo ingressante em uma determinada atividade sobe a um posto mais alto na hierarquia social. Nos extremos, ou seja, nos estratos mais altos e mais baixos, encontramos índices ainda mais altos de imobilidade. Isso

Tabela 3.4: Mobilidade intrageracional, 1996

Status Inicial	Status do indivíduo em 1996						Total
	6.Baixo Inferior	5.Baixo Superior	4.Médio Inferior	3.Médio	2.Médio Superior	1.Alto	
6.Baixo Inferior	58,9%	16,7%	16,3%	5,3%	2,4%	1,0%	100%
5.Baixo Superior	5,0%	53,0%	19,9%	12,1%	6,8%	3,1%	100%
4.Médio Inferior	3,2%	11,6%	72,6%	6,9%	3,8%	1,9%	100%
3.Médio	1,9%	10,6%	9,4%	58,3%	11,4%	8,4%	100%
2.Médio Superior	0,7%	9,0%	4,9%	10,5%	66,8%	8,0%	100%
1.Alto	0,6%	3,2%	1,8%	7,3%	8,6%	78,6%	100%

fonte: Pastore, J. e do Valle Silva, Ibid, 2000

indica um grande peso da ocupação inicial na carreira. É verdade que predomina, quando há mobilidade, a ascensão, mas ainda assim, muito reduzida.

Como já foi falado no capítulo 2, quando observa-se a mobilidade intrageracional, o tempo envolvido é inferior quando comparado com o da mobilidade intergeracional. Os indivíduos seriam mais jovens, o que poderia explicar a alta imobilidade. Eles estariam ainda no início da carreira¹⁹.

Nos estratos inferiores, onde se encontram os trabalhadores manuais sem qualificação ou com pouca qualificação²⁰, o estrato médio inferior, pode-se ver uma imobilidade muito grande, da ordem de 73%. Ela é superior a todas as outras da diagonal que representa a imobilidade, excetuando-se o nível alto. A mudança do nível médio inferior para médio é quase 7%, enquanto a baixo inferior para médio é de praticamente 20%. Isso indica uma grande dificuldade de trabalhadores manuais com pouca qualificação de subir socialmente. Uma possível explicação pode ser a baixa dinâmica da economia na época em conjunto com mudanças no mercado de trabalho ocorridas nos anos 90. A queda do crescimento econômico e o desemprego surgido no bojo das profissões não manuais, fenômenos novos à época, como a terceirização da mão de obra, foram os responsáveis por essa dinâmica.

3. Panorama Sócio Econômico nos anos 90 e a relação com a mobilidade social

Os anos 70 foram marcados, como já visto, por um grande desenvolvimento,

19 Pastore, J e do Valle Silva, N., Ibid, 2000.

20 Pastore usa o termo "semí qualificados". Decidiu-se utilizar, aqui, o termo "pouco qualificado" ou "mal qualificado", porque, acredita-se, transmita uma idéia mais exata do que representa. Afinal, são profissões com baixo grau de qualificação.

apesar de assimétrico , onde os mais ricos prosperaram mais que os não tão ricos ou os pobres. Os anos 90, no entanto, foram marcados por mudanças econômicas, liberalização e baixo crescimento, com conseqüente alteração no quadro social. Com o início do governo Collor, em 1989, o país passou a adotar o ideário liberal, com abertura do comércio exterior e a desestatização da economia. Continuadas e aperfeiçoadas pelo governo FHC, o Plano Real, as privatizações e a maior concentração do sistema financeiro. Os efeitos sobre a sociedade brasileira foram diversos dos vistos no anos 70, especialmente nos setores médios, onde o impacto negativo é visível no estrato médio da tabela 3.1 em contraste com a 2.1. A desestatização da economia acabou servindo para fazer caixa e permitir a estabilidade cambial até a reeleição de FHC em 1998, substituindo um conjunto de estatais responsáveis pela infra-estrutura (rede de distribuição de energia elétrica, telefonia, estradas) por um oligopólio majoritariamente transnacional regido por um conjunto quase natimorto de agências reguladoras fracas demais para fazer cumprir as tais “funções sociais” a elas atribuídas. Já o Estado se viu enfraquecido com os cortes orçamentários, comprometimento com metas mais focadas na capacidade de solvência da União²¹ do que na segurança e saúde públicas. O acesso a educação, massificado e precarizado nos anos 70, agora passa a ser estancado; a tarefa de expansão de acesso ao ensino superior cai nas mãos da iniciativa privada, impulsionada pela desregulamentação de abertura de instituições de ensino e da maior demanda por trabalhadores com diploma, muito semelhante ao ocorrido com o ensino médio de 20 anos antes. O impacto sobre o crescimento econômico pode ser visto no crescimento médio do PIB na década de 90 de apenas 1,6% ao ano.

21 Quadros, W. **Aspectos da Crise Social no Brasil nos anos Oitenta e Noventa**, Tese de Livre-Docência, 2003, Campinas

Sobre o mercado de trabalho, o que se nota é que o baixo dinamismo da economia se reflete em uma variação positiva de 70% no volume de desocupados entre 1992 até 2001²². No caso dos desempregados em busca do primeiro emprego esse índice é de 77% , e nos estavam fora do mercado de trabalho no ano anterior à pesquisa, 108%, indicando uma possível instabilidade profissional. De fato, temos nos anos 90 uma desestruturação do mercado de trabalho, com o desassalariamento, provocado pela diminuição dos empregos com carteira assinada e a expansão do trabalho sem carteira. Como exemplo, em 1989, o emprego assalariado representava 64% da PEA, enquanto que em 1995 ele era pouco mais de 58%. Já a subutilização da mão de obra cresceu, de 32% da PEA em 89, para 38% em 95. Um crescimento anual de 3,12%, enquanto que o desemprego, nesse mesmo período, 16% ao ano²³.

Talvez o reflexo desse movimento econômico e social na mobilidade social brasileira esteja na mobilidade intergeracional, no estrato médio, que perdeu sua participação tanto na proporção de indivíduos (18,4% em 1973, para 13,3% em 1996), quanto na posição dos pais (de 13,84% para 8,8% em 1996). Estas são profissões de nível médio, presentes na indústria e no setor terciário. Nesses setores o trabalho dito “organizado” diminuiu e o “não organizado” aumentou²⁴.

22 Quadros, W., Ibid., 2003. No entanto, é bom lembrar que a metodologia utilizada não é a mesma do IBGE. Aqui, é considerado desocupado o indivíduo que não consegue encontrar emprego em um intervalo de um ano, para captar o chamado “desemprego por desalento”, quando há a desistência temporária de procura por trabalho, motivada pela grande dificuldade em empregar-se. Fora isso, é necessário lembrar que o período retratado por Pastore, neste capítulo, é 1996. Este é um momento de auge do Plano Real, com os menores índices de desemprego e os melhores de crescimento econômico da era FHC estão ali presentes. É só a partir de 1998 que acontece a crise do Plano Real e o panorama econômico torna-se diverso. Quadros faz um balanço da década. Pastore mostra o quadro social apenas em 1996.

23 Pochmann, M. **O Trabalho sob Fogo** Cruzado, 1999, São Paulo, Editora Contexto.

24 Pochmann, Ibid, 1999. Resumidamente, o conceito de organizado e não organizado refere-se, no primeiro, a empregos tipicamente fundamentados no trabalho assalariado. Já no segundo temos formas não típicas, como o trabalho irregular, domiciliar, terceirização etc.. Em outras palavras, o aumento do segundo sobre o primeiro demonstraria a precarização do mercado de trabalho, refletindo-se em maiores dificuldades na mobilidade.

O quadro de dificuldades para encontrar um emprego gera conseqüências na mobilidade ascendente intrageracional. Temos a terceirização, que dificulta as relações trabalhistas, a redução de oferta de empregos, seja reestruturação das empresas iniciada nos anos 80, seja pela valorização cambial e liberalização econômica que facilitaram as importações e reduziu a capacidade das empresas em território brasileiro de suprir a demanda.

No final, tem-se, em 1996, uma desestruturação em relação a 1973. Mudanças ocorridas na última década do século XX representariam um retrocesso, no que concerne a capacidade de inserção no mercado de trabalho²⁵ e na política social. Em termos da mobilidade social, a classe mais prejudicada foi a de trabalhadores de baixa qualificação. Sua inserção sofreu com mudanças na forma como as empresas se relacionam com os empregados. A terceirização e outras formas de trabalho interessantes para as empresas (afinal, significavam menos custos para elas) e não tanto para os empregados podem ter prejudicado esse segmento, contribuindo para sua diminuição.

Mas a forte participação dos estratos com menos status (i.e. não manuais) indica que persistem estruturas de força de trabalho pouco qualificada e de produção capital-deficitária. Acredita-se que existe um grande potencial de crescimento econômico para o país, porém é difícil imaginar como, seguindo uma política econômica tão avessa a participação do Estado na economia (mesmo em moldes não tão keynesianos, como nos anos 60, mundo afora).

25 Embora nos anos 70 a inserção também não era uniforme, como foi visto.

Capítulo 4

Conclusões

Neste trabalho, estudou-se a mobilidade social brasileira em dois momentos da história do país, nos anos 70, onde ainda tinha-se um certo grau de intervenção do Estado, com os anos 90, quando o país alterou de forma substancial sua política econômica graças liberalização econômica e suas conseqüências.

Dessa forma, pôde-se evidenciar as diferenças entre os padrões de mobilidade causados pela interação dessas políticas econômicas na sociedade.

Em primeiro lugar, comparando a mobilidade intergeracional, tem-se, nos anos 70, que cerca de 32% dos indivíduos da amostra utilizada por Pastore trabalhavam no campo (e cerca de 65% dos filhos de pais nessa mesma condição)²⁶. Já em 1996, esse número passou a ser de 24% (com 55% dos pais). A explicação é a industrialização. Em quase vinte anos, as cidades cresceram ainda mais, geraram mais empregos e permitiram a essa mão de obra, vinda do campo, experimentar novas chances nas cidades, fora o fator êxodo rural. O baixo superior cresceu, de 16% para quase 24%. Os pais destes indivíduos representavam 7%, e, em 1996, passaram a 13%, praticamente dobrando de tamanho. Fechando o grupo de indivíduos com pouca qualificação ou sem qualificação, temos o estrato médio inferior. Este é um segmento que teve um crescimento modesto, em comparação aos seus antecessores. Passou de 24% para 27%. Os pais desses indivíduos, por sua vez, cresceram ainda mais, de 9% para 16%. Representando os trabalhadores

26 Pastore, J. Ibid, 1979 e Pastore, J. e do Valle Silva, N., Ibid, 2000.

de pouca qualificação urbana, ele é o limite (pelo cálculo dos anos de estudo²⁷) dos profissionais sem nível médio (até 5 anos ou menos de estudo, em média).

Em conjunto, estes três estratos respondiam por 74% da amostra em 1973, para depois passar para pouco menos de 72%. Se for excluído o estrato baixo inferior, ter-se-á a população de trabalhadores urbanos sem ou com pouca qualificação, em atividades manuais ou não manuais. Esse contingente passou de 40% para 51% por cento de todo conjunto. Seus pais representavam 16% e cresceram para quase 30%, dobrando de tamanho, enquanto os filhos tinham crescido 25%. Esta pode ser a evidência de uma desaceleração no ritmo de contratações nestes postos²⁸.

Chegando no estrato médio, se tem o fato mais interessante deste trabalho. Um grande encolhimento desse estrato. No primeiro estudo, de 1973, ele representava cerca de 18% do total da amostra, depois passando para 13%. No total de pais da amostra a queda foi de 14% para pouco menos de 9%. Já os números dos estratos seguintes praticamente não se alteram. O médio superior e o alto tem leves crescimentos. Em conjunto, médio, médio superior e alto, representavam quase 26%, passando para 28%. Seus pais tiveram diminuição, de 19% para 15%.

Nos termos dos fluxos de entrada e saída, salta aos olhos a diferença da inserção do segmento baixo inferior. Como já foi dito, suas contribuições tão elevadas aos estratos superiores estão relacionadas com seu tamanho. Mesmo assim, pode se ver claramente que há uma mudança. Setenta por cento dos

27 Para mais detalhes ver capítulo 1, tabela 1.1. e Pastore, J. e do Valle Silva, N., Ibid, 2000.

28 O leitor atento poderá se perguntar o porque dessa conclusão. Afinal, os novos postos de trabalho poderiam ser em segmentos acima da primeira metade da pirâmide. Adianta-se que os fluxos de entrada e saída, em conjunto com a mobilidade intrageracional e a dinâmica da metade mais alta da pirâmide não corroboram com possibilidade.

indivíduos trabalhadores urbanos em 1973 vieram do campo. Em 1996 esse número caía para 55%, com um leve aumento de contribuição do próprio estrato. O mais provável é que essa queda se a redução do ritmo do crescimento nos anos 90. Com menos atividade econômica, menos oportunidades surgiram em novos postos de trabalho.

É na mobilidade intrageracional que percebe-se, no entanto, o maior número de mudanças estruturais. Na diagonal que representa a imobilidade tem-se crescimento em todos os estratos. Isso significa que mais indivíduos que iniciam suas carreiras no mesmo estrato de seus pais tem menos chances de subir profissionalmente. Análises feitas por Pastore, no entanto demonstram mudanças na mobilidade, intergeracional, que julgou-se conveniente mostrar aqui²⁹.

As conclusões seriam de que, na verdade, a "herança ocupacional" teria diminuído exceto para os trabalhadores do campo, onde teria havido um aumento significativo. A diminuição ocorrera nos estratos mais altos, a partir do médio inferior. Fluxos ascendentes vindos dos trabalhos não manuais experimentaram grande aumento. Por outro lado, fluxos vindos do estrato baixo inferior para o nível médio se reduziram drasticamente. Mais um ponto negativo é a contração dos movimentos ascendentes dos estratos manuais.

Seria então positivas as mudanças sociais brasileiras nos anos que separam os extremos deste estudo?

Retornando a tabela 1.2, no primeiro capítulo, viu-se a participação de estratos não manuais sobre os manuais no Brasil e em vários países selecionados,

29 Ver Pastore, J. e do Valle Silva, N., Ibid, 2000. Cap. 5 para mais detalhes e sobre o modelo utilizado na elaboração dos resíduos apresentados neste trabalho.

junto com a mobilidade social total. Quando comparado aos demais países, com exceção de outros países subdesenvolvidos e os do leste europeu (como a Hungria e a Bulgária, ainda sob a influência soviética), a proporção brasileira é cerca de 7:3, contra números que se aproximam de 5:5 ou mesmo 4:6 na proporção manual:não manual. Além disso, a mobilidade social brasileira é muito mais alta (o Brasil tem mobilidade total da ordem de 63% contra 51% da Bulgária) que a dos outros países.

Se não for levado em consideração o contexto histórico, econômico e social corre-se o risco de determinar como positivas mudanças que na realidade podem ser negativas. Como visto no capítulo 2, durante o governo Collor, foi iniciada a liberalização econômica que seria finalizada com os oito anos de Fernando Henrique e o Plano Real. Foi um período marcado pelo fim da inflação, fortalecimento da moeda nacional, preocupação com as contas nacionais (i.e. capacidade do Estado de manter sua solvência), liberalização econômica, desmantelamento do parque industrial frente a incapacidade de concorrer com as importações, muito baratas com a abertura econômica e câmbio valorizado. Conforme Pochmann (1999), o mercado de trabalho brasileiro sofreu mudanças significativas, com redução das formas tradicionais de trabalho, e o aumento de novas formas, as quais os segmentos mais baixos podem encontrar desvantagens na tentativa de obter novos postos de trabalho mais elevados, especialmente os setores médios, onde os trabalhadores não manuais urbanos mais se concentram e mais sofrem as consequências, conforme visto no capítulo anterior. Estes dados podem não aparecer em uma análise da mobilidade social, mas isso não significa que não possam ser relevantes em uma conclusão sobre a mesma. Os números são bem vindos, constituindo uma excelente e poderosa ferramenta de análise, mas é importante o acompanhamento

do ceticismo e, principalmente, do senso crítico³⁰.

Em contraste, nos anos 70, o país sofreu um ciclo de desenvolvimento econômico específico, chamado de "milagre". À época do regime militar, o mesmo resultou em grande expansão da classe média urbana. Como exemplo, durante esse período, em São Paulo, a população economicamente ativa (PEA) urbana cresceu a uma taxa anual de 5,6%, em média, enquanto a expansão das ocupações típicas da classe média, no mesmo período cresceram 6,7% a.a.³¹. Ainda no mesmo estudo de Quadros, como exemplo, na Grande São Paulo, entre os anos de 1970 e 1980, o crescimento no número de empregos da primeira faixa salarial (engenheiros, arquitetos, médicos, dentistas, enfermeiros diplomados e outras ocupações de nível superior) foi de 10,3%, enquanto que na quarta faixa (lojistas e caixas, auxiliares de escritório e outras ocupações auxiliares) o mesmo crescimento foi de 6,3%. Esta política refletiu em uma mudança social em relação aos padrões pré Getúlio Vargas, iniciando a industrialização. Porém, esse padrão era de "comando conservador e (de) exclusão social"³² com conseqüente, dado nosso processo histórico, caráter concentrador. Os grupos hegemônicos que permearam os governos brasileiros não enfrentaram³³, em nenhum momento, as questões sociais do Brasil. Getúlio Vargas tinha propostas de melhoria das condições urbanas, como

30 Mais uma vez é importante lembrar que os estudos de Pastore, 2000, foram feitos sobre o ano de 1996, o ápice do Plano Real. A crítica aqui feita é sobre algumas conclusões de que a sociedade teria se tornado mais dinâmica a partir dos anos 90, e de que tal mudança é positiva e benéfica para o quadro social, sem observar seus efeitos sobre os estratos menos favorecidos, ao longo de toda a década.

31 Quadros, W. Ibid., 1991, Campinas, pag. 56.

32 Quadros, W., Ibid, 1991.

33 E continuam não enfrentando. Ainda não existe uma política de reforma agrária consistente e capaz de enfrentar os interesses ruralistas, persistência de políticas sociais assistencialistas incapazes de permitir aos mais pobres romper os limites sociais de sua pobreza e a sustentação de pagamentos muito mais volumosa aos juros da dívida pública do que o orçamento a esses programas sociais (para mais informações ver José Nardy Antunes, D. e Maracci Gimenez, D., Ibid., 2006).

os serviços de transporte público, saúde, educação e habitação, mas não tinha, devido a aliança com a oligarquia rural, propostas de reforma agrária. Como consequência, a acelerada urbanização e a grande geração de empregos mais modernos (i.e. que exigiam nível médio ou superior) não geraram absorção de grande parte da massa migratória advinda do campo, vítima da ausência de qualquer política de reforma agrária eficaz. O resultado é que o quadro das grandes cidades caracterizava-se por uma pequena classe trabalhadora com melhores salários e oportunidades de emprego em contraste com uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados e com salários muito menores. Esse mesmo quadro seria o responsável pela intensificação das demandas sociais de transporte público, segurança, educação, saúde entre outros. Portanto, a mobilidade social brasileira nos anos 70 ofereceu oportunidades de crescimento graças ao modelo de desenvolvimento adotado à época, dando aos migrantes do campo chances de subirem socialmente empregando-se nas cidades. Porém essa foi uma ascensão limitada, na maioria das vezes passando por apenas uma única etapa, onde o trabalho manual deixa de ser rural e passa a ser urbano.

Em resumo, a mobilidade social nos anos 70 foi desigual, porque os elementos mais altos tiveram melhores oportunidades enquanto os da base tiveram piores, mas com fluxos de entrada e mobilidade intrageracional razoáveis. Já os anos 90 foram marcados por estagnação da mobilidade intrageracional, aumento da dificuldade dos estratos inferiores de ascender aos estratos não manuais e aumento dos fluxos ascendentes e descendentes.

O que se nota de comum, e que se pode concluir quando analisa-se o momento histórico, é que não houve alteração social profunda no Brasil. Nos anos

30, o país era agrário e desigual, dominado por uma aristocracia latifundiária. Nos anos 70, a urbanização criou uma grande força de trabalho barata e com pouca qualificação. Nos anos 90, a liberalização e adoção da política econômica liberal beneficiou bastante os grupos financeiros e, conseqüentemente, a elite brasileira. Em nenhum destes momentos, a mobilidade social brasileira sinalizou mudanças sociais capazes de eliminarem os problemas sociais do Brasil. Em todos os instantes analisados neste estudo, o Estado brasileiro simplesmente ignorou ou lançou recursos pífios para enfrentar diretamente questões sociais como a distribuição de renda, erradicação da pobreza e redução das barreiras sociais aos mais desfavorecidos³⁴.

34 José Nardy Antunes, D. e Maracci Gimenez, D., 2006, Ibid.

Bibliografia

BUARQUE DE HOLANDA, S. (2007) **Raízes do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras

CAMPOS, A., BARBOSA, A. POCHMANN, M., AMORIM, R., SILVA, R. (orgs.)(2004), **Atlas da Exclusão Social no Brasil**, v 3, **Os ricos no Brasil**, São Paulo, Cortez Editora

FURTADO, C. (1982), **Formação Econômica do Brasil**, Companhia Editora Nacional

GONZAGA BELLUZZO, L, e GOMES DE ALMEIDA, J. (2002), **Depois da Queda**, Civilização Brasileira

GORI MAIA, A. (2006) **Evolução dos rendimentos na PNAD, Uma análise particularizada para os anos de 2004 e 2005**, in **Carta Social e do Trabalho**, n. 5, setembro de 2006 a abril de 2007, disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/cesit>>.

JOSÉ NARDY ANTUNES, D. E MARACCI GIMENEZ, D. (2006) **Transfêrencias de renda aos ricos e pobres no Brasil – Notas sobre os juros altos e o Bolsa-Família**, in **Carta Social e do Trabalho**, n. 5, setembro de 2006 a abril de 2007, disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/cesit>>.

LASCH, C. (1983) **A Cultura do Narcisismo**

MANUEL CARDOSO DE MELLO, J. e NOVAIS, FERNANDO **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna** in **História da Vida Privada no Brasil**, v 4, Companhia das Letras.

MARX, K. (2007) **O Capital, crítica de economia política**, volumes 1 e 2, São Paulo, Civilização Brasileira

QUADROS, W. (1991) **O “Milagre Brasileiro” e a expansão da nova classe média**, Tese de Doutorado, Campinas.

QUADROS, W. (2003) **Aspectos da Crise Social no Brasil nos anos Oitenta e Noventa**, Tese de Livre-Docência, Campinas.

Quadros, W. (2006) **O encolhimento da classe média brasileira**, in **Carta Social e do Trabalho**, n. 5, setembro de 2006 a abril de 2007, disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit>.

Quadros, W. (2006) **PNAD 2005, Exuberância Social Inexplicável**, in **Carta Social e do Trabalho**, n. 5, setembro de 2006 a abril de 2007, disponível em:

<<http://www.eco.unicamp.br/cesit>>.

PASTORE, J. (1979), **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**, T.A. Queiroz, Editor, Ltda Editora da Universidade de São Paulo.

PASTORE, J. (1983), **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira?)**, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

PASTORE, J. e DO VALLE SILVA, N. (2000), **Mobilidade Social no Brasil**, São Paulo, Makron Books

POCHMANN, M (1999), **O trabalho sob fogo cruzado**, São Paulo, Editora Contexto.

REIS, Elisa P.. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 42, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 Jul 2007. Pré-publicação.

WRIGHT MILLS, C. (1979), **A Nova Classe Média**, Rio de Janeiro, Zahar Editores.